



## PF encontra envolvimento de Sandra Faraj e Filippelli em esquema de Ministério

Inquérito mostra que Sandra Faraj e Filippelli teriam influenciado na liberação de licença de sindicato do DF junto à pasta do Trabalho



A Conversas entre o secretário-geral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Noberto Martins, e um funcionário do Ministério do Trabalho citam a deputada distrital Sandra Faraj (PR) e o ex-governador do Distrito Federal Tadeu Filippelli (MDB) em esquemas de corrupção na pasta. Os diálogos estão presentes no inquérito da Operação Registro Espúrio, deflagrada pela Polícia Federal no dia 30/5.

Durante as investigações, a PF identificou a existência de uma organização criminosa no

Ministério do Trabalho. Funcionários seriam indicados por parlamentares ligados ao PTB e ao partido Solidariedade – antiga legenda de Faraj – para, mediante pagamento de propina, liberar os registros de sindicatos que representam algumas entidades de trabalhadores.

Em maio de 2017, os nomes dos políticos do DF são citados em troca de mensagens entre Noberto Martins e Renato Araújo Júnior, então chefe de gabinete da Secretaria de Relações do Trabalho do ministério. Depois disso, Renato

chegou a ser promovido a coordenador-geral de registro sindical, cargo que exerceu até esta semana, quando foi dispensado após a operação ser deflagrada.

Em 9 de maio, mensagens mostram o secretário-geral do PTB dando uma ordem a Renato, chefe de gabinete. Segundo ele, o

funcionário deveria informar a Carlos Lacerda, então secretário de Relações do Trabalho, a necessidade de liberar o registro do Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços e Especializadas em Bombeiro Civil do Distrito Federal (Sepebc-DF). “Trata-se de um pedido de Roberto Jefferson (presidente do PTB)”,



Renato aduz que Carlos Lacerda viajou sem assinar a nota técnica. **Norberto pergunta se Leonardo Cabral não pode assiná-la, mandando ainda o seguinte recado “se ele não assinar o Roberto vai pedir a cabeça dele”, referindo-se ao Presidente do PTB, Roberto Jefferson.** As 11h47min, Renato avisa que está com Leonardo Cabral, e que explicou a este último que a demanda relativa ao SEPEBC-DF era de Norberto e de Nelson Tadeu Filippelli. Renato acrescenta que Leonardo Cabral, após saber que a demanda era de Norberto, “entrou em desespero” e assinou a nota técnica, e que posteriormente coletariam a assinatura de Carlos Lacerda, com a consequente publicação do registro.

completa.

Depois, Renato se compromete a providenciar a liberação, mas pontua que Filippelli pediu para vê-la antes da publicação de forma oficial. Norberto Martins dá permissão para o emedebista olhar o documento e avisa que também falará com Sandra. Segundo a PF, trata-se da deputada Sandra Faraj.

As conversas seguem por mais três dias. No entanto, o secretário Carlos Lacerda sai de Brasília antes de assinar a regulamentação do Sepebc-DF. Indignado, o secretário-geral do Partido Trabalhista Brasileiro manda que Leonardo Cabral Dias, à época coordenador-geral de registro, assine o documento, e faz uma ameaça: “se ele não assinar, o Roberto {Jefferson} vai pedir a cabeça dele”.

Depois da ameaça, com base em informação da PF, o registro do Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços e Especializadas em Bombeiro Civil do Distrito Federal, que estava suspenso, é novamente liberado. A autorização é publicada no Diário Oficial da União, no dia 15 de 2017.

**“O registro sindical em questão foi restabelecido para atender a interesses de Sandra – que acreditamos se tratar da deputada distrital Sandra Faraj – e Nelson Tadeu Filippelli. Ambos utilizaram a ingerência de Roberto Jefferson e Norberto na Secretaria Regional do Trabalho para operacionalizar o direcionamento do processo”, afirma a Polícia Federal no inquérito.**

Veja o diálogo de comemoração entre Norberto Martins e o funcionário do ministério do trabalho após a liberação do sindicato brasiliense:

  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MESP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS

15/05/17 06:48:53: ...: Diário oficial de hoje:  
15/05/17 06:48:53: ...: 2017-05-15-PHOTO-  
00000702.jpg <anexado>

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 424, de 14 de abril de 2016 e na Nota Técnica 197/2017/GAB/SRT/MTb, resolve DEFERIR o recurso administrativo 46000.007130/2016-40, em sede de juízo de retratação, interposto pelo SEPEBC-DF - Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços Especializadas em Bombeiro Civil do Distrito Federal, CNPJ 10.753.518/0001-50, para anular a Nota Técnica 1602/2016/CGRS/SRT/MTb, publicada no DOU n.º 182 de 21 de setembro de 2016, Seção 1, pág. 69, bem como anular a Nota Técnica 226/2016/CIS/CGRS/SRT/MT e RESTABELECER o Registro Sindical concedido ao SEPEBC-DF - Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços Especializadas em Bombeiro Civil do Distrito Federal, CNPJ 10.753.518/0001-50, e, em razão disso, retornar o trâmite da SD103878, indeferida, pois o Interessado teve seu registro sindical revogado.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br> pelo código 00012017051500058

15/05/17 16:58:13: ...: É o caso da Sandra  
15/05/17 16:58:39: Norberto PTB: Show já passei  
pra ela  
15/05/17 16:58:57: ...: Vou avisar o Fillipelli  
agora  
15/05/17 16:58:57: Norberto PTB: Estou chegando  
hoje à noite  
15/05/17 16:59:08: Norberto PTB: Perfeito  
15/05/17 16:59:25: ...: Quando tiver livre avisa que  
vou no partido  
15/05/17 16:59:52: Norberto PTB: Amanhã estarei  
aí. À tarde  
15/05/17 17:00:55: ...: Show

Para a Polícia Federal, as conversas deixam claro que a liberação do registro sindical só aconteceu por interferência do PTB e dos políticos do Distrito Federal. Veja abaixo a conclusão da PF no inquérito:

  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MESP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS

Assim, conforme anteriormente delineado, o registro sindical em questão foi restabelecido para atender a interesse de Sandra – que acreditamos se tratar da Deputada Distrital Sandra Faraj- e Nelson Tadeu Filippelli, que utilizaram a ingerência de Roberto Jefferson e Norberto na SRT para operacionalizar o direcionamento do processo:

## O outro lado

Procurado, o vice-presidente do Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços e Especializadas em Bombeiro Civil do Distrito Federal, Aldo Magalhães, afirmou que a entidade foi criada em 2009, quando se instituiu a profissão de bombeiro civil, e regulamentada no ano de 2015. De acordo com ele, em 2016, o registro do Sepebc-DF foi suspenso por “perseguição de outros sindicatos que antes representavam a classe”.

“Procurei vários parlamentares, sim, estávamos desesperados, procurando ajuda, mas duvido que tenha havido influência política. Acho que não falei com a Sandra Faraj, o Filippelli eu estive com ele umas duas vezes”, pontuou Magalhães. Apesar de as investigações da PF não trazerem, até aqui, o pagamento de propina aos políticos por parte do sindicato, o presidente rechaçou a possibilidade.

De forma alguma teve repasse financeiro. Nós somos uma entidade pequena, mal temos dinheiro para nos manter. Não houve nenhum tipo de corrupção” Aldo Magalhães, presidente do Sepebc-DF

Alexandre Queiroz, advogado do ex-vice-governador Tadeu Filippelli, disse não ter sido informado sobre a investigação da PF e, por isso, não iria comentar as denúncias. Por meio de sua assessoria de comunicação, **a deputada distrital Sandra Faraj** afirmou que não irá se pronunciar em relação ao caso.

Sobre a possível interferência do secretário-geral do PTB, Noberto Martins, e do presidente Roberto Jefferson nas liberações dos registros de sindicatos, o partido mandou a seguinte nota: “A Direção afirma que jamais participou de quaisquer negociações espúrias no Ministério

do Trabalho e declara que, se for comprovado na Justiça o envolvimento de petebistas no referido esquema investigado pela Polícia Federal, os culpados, se houver, devem assumir suas responsabilidades perante a sociedade”.

## **O Ministério do Trabalho divulgou, no dia 1º de junho, uma nota informando que abriu uma sindicância administrativa para apurar responsabilidades e punir os envolvidos nas irregularidades, mediante a aplicação das penalidades cabíveis.**

“Os servidores envolvidos nas investigações foram dispensados dos cargos de confiança que ocupavam na Pasta. O Ministério do Trabalho reitera seu compromisso com a legalidade, a moralidade e a ética, que devem permear as ações da Administração Pública, e informa que colaborará de forma irrestrita com as investigações. Aguardamos, dentro do tempo próprio da Justiça, que os fatos arrolados na investigação sejam devidamente”, completou a pasta.

O Metrôpoles tenta contato com as defesas de Renato Araújo, Carlos Cavalcante Lacerda e Leonardo Cabral Dias. Os três, além de terem sido demitidos do Ministério do Trabalho, tiveram a prisão preventiva decretada na última quarta-feira (30).

Em nota, deputada Sandra Faraj alegou não conhecer nenhuma das pessoas citadas. “Não há qualquer menção nos diálogos divulgados à parlamentar, mas sim, apenas a uma outra Sandra. Esclarecemos ainda que a parlamentar tomará todas as providências cabíveis para esclarecer esse equívoco”, diz o documento.

Fonte: Metrôpoles

# COMUNICADO AOS VIGILANTES DA EMPRESA DE SEGURANÇA GP GUARDA PATRIMONIAL DE SP

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões comunica a todos os Vigilantes da nossa base Territorial que é Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito e Marica, que na próxima segunda feira dia 18/06/18 estaremos nos reunindo no Sindicato em Niterói com a empresa VALE CARD responsável pelos cartões que os Vigilantes da GP estão usando para a compra de Alimentação que se iniciou a partir do dia 01/06/2018.

O Objetivo da reunião é buscar ajudar a regularizar o atendimento do Cartão para os Vigilantes da nossa base territorial e com isso solucionar alguns problemas de atendimentos em alguns locais da nossa região.

Pedimos a todos os Vigilantes associados ou não desde que seja de Niterói e regiões que mande os endereços dos locais onde os companheiros compravam anteriormente, para que possamos entregar nas mãos da responsável pela Empresa VALE CARD nesta reunião.

Mais uma vez o Sindicato preocupado em ajudar, vai em busca de uma solução para os companheiros.

Vamos obter informações sobre os credenciamentos que já foram solicitados pelos Vigilantes da nossa região, e também apresentar mais alguns endereços para credenciamento.

Se Você companheiro está com dificuldades de comprar em algum Estabelecimento que antes comprava mande o endereço, nome do Estabelecimento e o Município para o Sindicato até sexta feira dia 15/06/18 pelo Telefone ZAP 96421-4547 informe o seu nome e os dados que estamos solicitando para que possamos entregar ao representante da empresa VALE CARD para que seja feito o credenciamento.

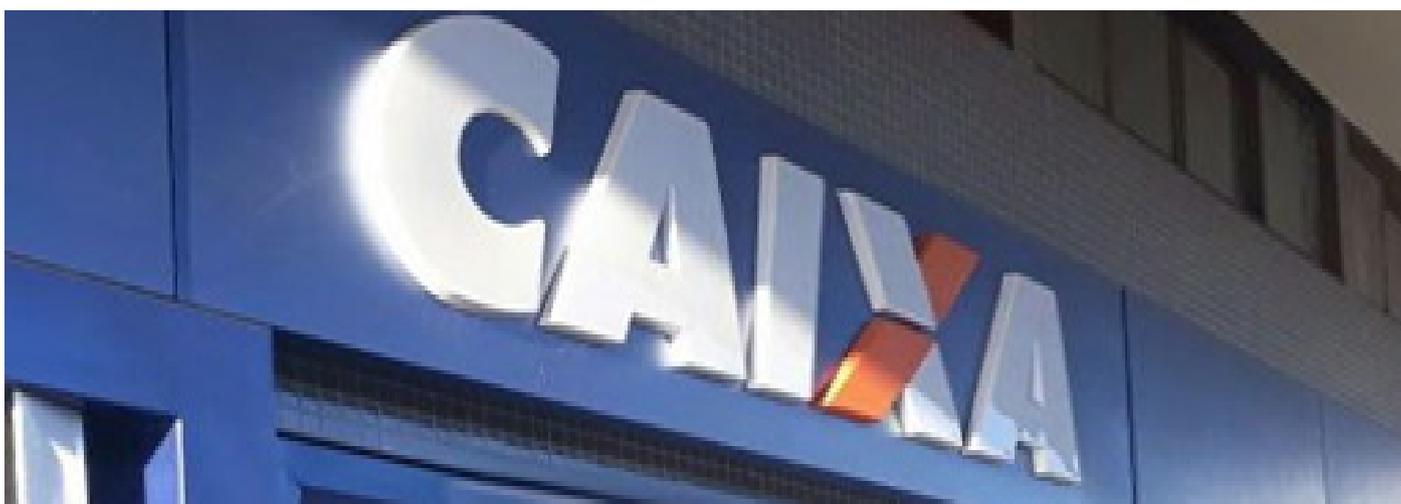
A outra reunião importante é que na próxima semana também estaremos nos reunindo com a direção da empresa GP que vai vim de SP para uma reunião com a direção do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões para tratar de assuntos concernentes aos Vigilantes da nossa base territorial no tocante ao não recolhimentos do FGTS e do INSS conforme denuncia de dezenas de Vigilantes feitas ao Sindicato SVNIT.

Claudio Vigilante

Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (SVNIT).

# CEF está sendo preparada para privatização, diz candidato de Temer à presidência

**Bolsonaro, Flávio Rocha e outros candidatos fazem parte do mesmo projeto de desmonte do patrimônio público brasileiro, critica o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas**



Durante sabatina com pré-candidatos à Presidência realizada nessa quarta-feira (6) pelo jornal Correio Braziliense, Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda e candidato do MDB, apoiado pelo golpista Michel Temer, disse que a Caixa Econômica Federal (CEF) vem sendo preparada para abertura de capital com a venda de parte da empresa para a iniciativa privada.

Meirelles defendeu também o mesmo modelo para a Petrobras e o Banco do Brasil. “A Caixa está sendo preparada para isso, com o novo estatuto e etc. Com o tempo, podemos até pensar, sim, em abrir o capital, começar a vender participação privada”, afirmou.

Em nota, o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas disse que a declaração de Meirelles só vem corroborar o que há tempos é denunciado pelos movimentos sindical e social, por intermédio de suas entidades.

“Acho que o ex-ministro se esqueceu que foram esses movimentos, junto com a mobilização dos empregados e da população, que por duas vezes conseguiram derrubar a transformação da Caixa em sociedade anônima”, diz na nota

a coordenadora do comitê e representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano, lembrando que “há outra estratégia de privatização em curso na CEF, que é a venda de ativos do banco, como as Loterias Instantâneas (a Lotex), cujo leilão deve ocorrer em julho”.

Segundo a dirigente, no início de 2016, quando a privatização das Loterias Instantâneas entrou em discussão, o governo esperava arrecadar aproximadamente R\$ 4 bilhões, mas, como não houve interessados, baixou a oferta a R\$ 450 milhões, de olho nas empresas estrangeiras.

“E assim o Brasil perde duas vezes. Perde nos valores que iriam para investimento social e perde com as divisas”, avalia, acrescentando que até agora só uma multinacional se mostrou interessada. “Na verdade, o governo vai doar essas loterias”.

Uma “doação” que fere de morte os recursos para o desenvolvimento social, como se já não bastassem os cortes promovidos pela PEC do Teto ou os desvios que ocorrerão para subsidiar o diesel.

Só em 2016, as loterias arrecadaram R\$ 12,8 bilhões. Cerca de 40% deste valor foram repassados para investimentos em áreas sociais como cultura, esportes, educação, em programas como o Financiamento Estudantil (Fies); na seguridade social e no fundo penitenciário nacional.

Um estudo sobre as loterias, inclusive sob o aspecto jurídico da privatização, está sendo realizado para a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e o Comitê, que deverá ser divulgado em breve.

Candidatos de direita defendem privatizações. Além de Meirelles, também o pré-candidato Flávio Rocha (PRB) disse ser a favor do Estado mínimo e defendeu a privatização de uma série de estatais – se Meirelles foi CEO do Bank of Boston e um dos criadores do banco Original, Rocha é dono das lojas Riachuelo.

Outros, como Geraldo Alckmin (PSDB), tentaram tergiversar sobre o tema, mas ele

mesmo havia declarado, em fevereiro, que vai privatizar “o que for possível” caso eleito.

O deputado Jair Bolsonaro (PSL), por sua vez, embora mantenha discurso de fachada de só privatizar o que não é estratégico, trabalha com a perspectiva de “privatizar tudo” se eleito, como já afirmou à imprensa seu eventual ministro da Fazenda, Paulo Guedes.

Para Rita Serrano, todos eles fazem parte de um mesmo projeto de desmonte do patrimônio público.

“Por isso é fundamental que nas próximas eleições as pessoas saibam exatamente quais são os interesses que os candidatos representam, tanto na presidência quanto no Congresso. Votar em banqueiros ou empresários, em gente comprometida com o grande capital, é apostar na privatização, e não nos bens, serviços e empresas públicas de qualidade ou nos direitos dos trabalhadores”, aponta Rita Serrano na nota do Comitê.

Fonte: CUT

## Considerado prioridade pelo Congresso, Sistema Único de Segurança vira lei



essão Plenária do dia 16 de maio, em que foi aprovado o Projeto do Sistema Único de Segurança

Foi sancionada nesta segunda-feira (11) em cerimônia no Palácio do Planalto a lei que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O sistema foi aprovado pelo Senado em maio, após um esforço conjunto de senadores e deputados para votação do projeto (PLC 19/2018). O objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as Polícias Federal, Rodoviária Federal e estaduais, as secretarias

de segurança e as guardas municipais, para que atuem de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.

A segurança pública tem sido uma prioridade dos trabalhos no Congresso este ano. Na abertura do ano legislativo, em fevereiro, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu a criação de um sistema unificado de segurança pública e classificou a situação de

insegurança em todo o país como uma “nuvem cinza que turva os horizontes do Brasil”. Segundo ele, a situação chegou ao ponto de haver raríssimas famílias capazes de dizer que não conhecem uma pessoa vítima de algum tipo de violência.

— Preservar a integridade física dos cidadãos é a primeira obrigação de um estado democrático. Sem o direito à vida, todos os outros direitos humanos perdem o sentido.

Quando o projeto foi aprovado no Plenário do Senado, em maio, Eunício destacou a matéria como a mais importante relacionada à segurança pública que já havia passado pela Casa.

— É uma valiosa contribuição que todos os brasileiros esperam do Congresso Nacional para o combate efetivo da violência pela inteligência — registrou Eunício naquele momento.

Ao sancionar a lei nesta tarde, o presidente da República, Michel Temer, admitiu que o “drama da violência” faz parte do cotidiano dos brasileiros.

— Nós somos todos vítimas de uma criminalidade cada vez mais sofisticada, que exige um combate sofisticado, articulado e coeso — reforçou Temer, dizendo esperar que a sigla Susp seja incorporada ao vocabulário dos brasileiros, como já ocorre com o SUS na saúde.

## Política nacional

Além de instituir o Susp, o projeto cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), prevista para durar dez anos, tendo como ponto de partida a atuação conjunta dos órgãos de segurança e defesa social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em articulação com a sociedade.

O novo sistema de segurança será coordenado e gerido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Pública, chefiado atualmente por Raul Jungmann. Em cada região do país será instalado um centro integrado de inteligência regional, cujas informações serão centralizadas em uma unidade nacional em Brasília. O primeiro centro será implantado no Ceará e reunirá as atividades de inteligência de todo o Nordeste.

## Vetos

O presidente Michel Temer vetou alguns pontos do projeto de lei aprovado pelo Senado. Um deles pretendia incluir no Susp sistema socioeducativo destinado a menores em conflito com a lei. Outro ponto equipararia agentes penitenciários aos policiais. O terceiro veto sugeria a equiparação do regime jurídico entre a aviação policial e a das Forças Armadas.

Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado e da Agência Brasil

Fonte: Agência Senado

# Trabalhadores de estatais conquistam reajuste e manutenção do Acordo Coletivo

**CBTU e Valec terão reajuste de 3,98%; Embrapa e Codevasf, de 3,97%, valores superiores ao proposto pelo ilegítimo Temer. As cláusulas sociais do Acordo Coletivo foram mantidas e categorias comemoram resultado**



## Audiência de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) nesta segunda (11)

Após um ano de impasse nas negociações com o governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP), o Tribunal Superior do

Trabalho (TST) decidiu, nesta segunda-feira (11), que os trabalhadores e trabalhadoras de quatro estatais federais irão receber o reajuste

salarial retroativo a maio de 2017 e ainda terão direito à manutenção das cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2017-2018.

Os dissídios coletivos julgados pelo Tribunal dizem respeito aos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Valec Engenharia, Embrapa e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

No caso da CBTU e Valec, o reajuste será de 3,98% em todas as cláusulas econômicas, valendo a partir de 1º de maio de 2017. Ou seja, esse mesmo percentual será aplicado ao tíquete-alimentação, ao auxílio materno-infantil, ao auxílio assistência à saúde, entre outros.

Segundo a diretora de Administração e Finanças do Sindimetro-MG, Alda Lúcia Fernandes do Santos, o acordo foi uma importante vitória da categoria diante do atual cenário de aprofundamento da crise econômica e de ataques aos direitos trabalhistas, como a aprovação da Lei 13.467/2017, que entrou em vigor em novembro do ano passado e modificou mais de 100 itens da CLT.

Alda explica que o governo estava propondo a retirada de 13 cláusulas do Acordo Coletivo da categoria e reajuste de 80% da inflação para o acordo de 2017/2018 e apenas 50% da inflação no acordo de 2018/2019.

“Nós não aceitamos a proposta. Além da perda salarial, temos cláusulas importantes no nosso acordo que avançam até mesmo em questões que não estão previstas na CLT”, explicou.

“Apesar de todas as dificuldades para manter direitos, foi uma vitória que, além de servir como base para outras categorias, ajudará na negociação que já estamos fazendo a respeito do ACT 2018/2019.”

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

## Embrapa e Codevasf

No caso da Embrapa e Codevasf, o índice julgado pelo TST foi de 3,97% para o salário e todas as cláusulas econômicas, com pagamento retroativo à data-base, que também é 1º de maio. As cláusulas sociais foram garantidas na mesa de negociação.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Carlos Henrique Garcia, as negociações em 2017 foram extremamente duras e várias categorias chegaram ao final do ano sem fechar o acordo coletivo.

A proposta do governo exigia que os trabalhadores e trabalhadoras abrissem mão de receber o reajuste e o valor correspondente ao retroativo para aceitar o pagamento de um abono salarial de R\$ 1.800.

“Ou seja, o governo queria que os trabalhadores aceitassem prejuízos e perdas de um passivo trabalhista (retroativo) por um abono salarial que não contempla as perdas do período. Com a decisão no TST, teremos nossos salários recompostos, sem perdas econômicas relativas ao período de 1º/5/2016 a 30/4/2017”, explica Carlos.

Com o julgamento do dissídio, o reajuste incidirá retroativamente sobre salário, 13º, ticket alimentação, adicional de periculosidade e insalubridade, férias, horas extras, FGTS, INSS, coparticipação da empresa no plano de saúde, licença especial, auxílio-creche, entre outros.

“Agora precisamos nos manter firmes e mobilizados para garantir a manutenção de todo o nosso ACT e a recomposição salarial de 2018-2019”, finalizou o presidente do Sinpaf.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF